



Bloco de Esquerda

Lisboa, 2 de Março de 2009

Agradecimentos:

Ao Fernando Nobre. Quando o convidei, tinha uma secreta esperança, mas era muito secreta. Raramente se envolve em campanhas políticas e compreendo-o: para o trabalho que faz, tal disponibilidade pode ser mal interpretada. A lista está-lhe imensamente grata.

O Fernando Nobre não é apenas um homem de coragem e um espírito livre. É um grande humanista, que faz mais pelo combate às doenças da fome do que muitos governos.

Fernando, caro amigo, os que forem eleitos, honrarão a distinção que agora receberam. Seremos deputados de acção, capazes de estar nos lugares onde é preciso estar quando as pessoas que sofrem mais precisam de solidariedade. Fá-lo-emos por cá e pelo mundo, porque a condição humana é só uma e deste universalismo nunca abdicaremos.

Agradecimento também ao Ulisses Garrido, que hoje deu aqui testemunho do seu apoio e aos independentes que aceitaram integrar a lista do bloco.

Estão hoje aqui três – o Rui Tavares, o José Goulão e o Diogo Cortes. Trazem a esta candidatura histórias, ideias e trajectos diferenciados. Porque é assim que nos vemos na Europa. Não é apenas em Portugal que o bloco quer “juntar forças” e multiplicar diálogos e convergências. É também na Europa que esse caminho se deve percorrer e se está a percorrer.

Aliás, ao longo dos próximos meses, traremos a Portugal protagonistas da luta política e social de diferentes países. O primeiro estará connosco ainda este mês: chama-se Óscar Lafontaine e é co-presidente do novo partido de esquerda da Alemanha, além de ter sido, no passado, dirigente e ministro das finanças do Partido Social Democrata alemão.

Finalmente, um agradecimento pela vossa presença.

Estão aqui muitos e muitas activistas do bloco e pessoas com as mais variadas opiniões políticas. Estão também amigos e amigas que acompanharam o meu mandato no Parlamento Europeu. A todas e a todos gostaria de dizer que parto para esta disputa com a consciência do dever cumprido. Não me reformei nem me exilei em Bruxelas e honrei os compromissos contraídos.

Mas sou franco: não é fácil a um só deputado dar conta de tão grande recado, ainda por cima num Parlamento rigidamente controlado por um bloco central que o sujeita a regras draconianas. Fiz tudo o que pude, mas não tudo o que era necessário fazer.

Esta esquerda precisa de mais eurodeputados. Pelo menos de mais uma, a Marisa, que muitos acabaram de conhecer; ou de mais, se essa for a vontade do povo.

O que vos proponho é um contrato muito simples: mais empenhamento e mais votos contra a garantia de mais e melhor trabalho.

Olho para esta campanha numa base de voluntariado e partilha de ideias e vontades, não circunscrita a uma estrita dinâmica de partido. Os partidos são essenciais, mas não esgotam a política e muito menos a cidadania. Se nós soubermos e vocês quiserem, esta campanha pode ser uma agradável surpresa.

Há boas razões para isso e é sobre elas, as nossas razões, que direi agora algumas palavras.

Esta eleição é, em primeiro lugar, uma avaliação.

José Sócrates quer ser avaliado. Acho muito bem.

A avaliação começa nas europeias.

Pelo que fez e pelo que não fez na Europa.

O líder do PS afirmou que o trajecto do seu partido se confunde com o da Europa. Tem razão – para o melhor e para o pior.

Devemos a Mário Soares a intuição da opção europeia quando se finou o império colonial. Não discuto agora as suas motivações. Reconheço-lhe o valor da intuição. Portugal não tinha então, e não tem hoje, alternativa à integração europeia.

Mas tem a obrigação de discutir as condições, a direcção e o sentido dessa integração.

Desde a adesão que procurarmos ser, na Europa, “o bom aluno”. Essa foi a estratégia de Cavaco Silva, António Guterres, Durão Barroso e José Sócrates.

O Rui Tavares deu-lhe um nome feliz – o europorreirismo. Provinciano, contentou-se sempre mais com os fundos que chegavam e menos com as evidentes fragilidades do espaço em que nos estávamos a integrar. A factura chegou agora.

Porque desaparece a Europa no momento em que os europeus mais precisariam dela?

José Sócrates afirmou que a eleição europeia é um separador de águas. Nem mais nem menos.

Porque chegámos à crise? Porque houve banqueiros com mais olhos do que barriga ou porque os líderes do primeiro mundo, Europa incluída, disseram aos banqueiros que podiam e deviam ter mais olhos do que barriga?

A crise não é um mistério divino nem uma catástrofe natural. Ela aí está, porque a política se ajoelhou ante a alta finança.

Este é o primeiro debate que quero ter com os candidatos do PS e do PSD.

Afinal, quem liberalizou a circulação de capitais, acarinhou os offshores e isentou de imposto as mais-valias transaccionadas em bolsa?

Quem autorizou um Banco Central Europeu sem controlo político democrático e com um estatuto que o obriga ao controlo dos preços, mas não à promoção do crescimento económico e do emprego?

Quem inventou um Pacto de Estabilidade, que hoje rebenta por todos os lados, e que durante anos serviu para impor a compressão da despesa social, aumentar as idades de reforma ou acabar com a gratuidade nos sistemas de saúde e educação?

Depois da casa assaltada é fácil pôr trancas à porta. Mas a verdade é que todas estas medidas são do tempo em os socialistas detinham a maioria dos governos da União.

Esta eleição é, em segundo lugar, sobre o valor da palavra em política.

José Sócrates fala hoje da necessidade de regular o sistema financeiro e controlar os prémios dos gestores. Apetece dizer, “bem-vindo ao clube!”. Mas pode ser levado a sério?

Ontem, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, reconheceu que, e cito, “estariamos bem melhores” sem offshores. Pois estariamos. Mas na mesmíssima declaração, Teixeira dos Santos acrescenta que o nosso, o da Madeira, nem é assim tão mau porque, garante ele, “obedece a regras” e é “supervisionado”.

Supervisionado! Tenham caridade!

Por duas vezes, o Partido Socialista recusou na Assembleia da República uma proposta do bloco para o registo de todos os movimentos de capitais para o exterior. Para que, pelo menos, se possa seguir o rastro do dinheiro.

Não o aceitaram em Portugal, como esperam consegui-lo na Europa?

O Governo entende que existe supervisão na Madeira? Não insultem a nossa inteligência.

Com o que hoje sabemos do BCP, BPN e do BPP, como é que alguém pode falar de supervisão em Portugal?

Quando há administradores que recebem malas carregadas de dinheiro vivo e saem alegremente com elas do seu gabinete, como se pode falar de supervisão?

A verdade, a triste verdade, é que não há supervisão digna desse nome no Continente e muito menos na Madeira.

O sistema financeiro internacional já teve supervisão.

Ao longo dos últimos 25 anos, os governos desarmaram a fiscalização e entregaram o mercado ao próprio mercado. Foi assim nos Estados unidos, como foi na Europa e em Portugal.

Como se pode falar de supervisão ou, vá lá, de cultura de supervisão, quando o governo, que é accionista em nosso nome na caixa Geral de Depósitos, acha que esta faz muito bem em financiar especuladores para tomarem posições na concorrência e em seguida, ante a desvalorização desses títulos, entende que parte deles deve ser readquirida a preços acima do que valem?

Tenham dó!

Nesta eleição, falaremos da Europa de que precisam os que mais sofrem. Nem sempre será fácil. O europorreirismo que caracteriza as elites políticas nacionais prefere entreter-se com a espuma das águas, como aconteceu com a polémica lançada por Manuela Ferreira Leite sobre a comparência do primeiro-ministro na cimeira informal deste fim-de-semana.

O PSD precisa deste tipo de truques porque em nada de substantivo se distingue do PS. Nem lá, na Europa, nem cá.

Nós, pelo contrário, temos perguntas para fazer:

Porque é que a Europa bate em retirada no exacto momento em que os mais pobres, os desempregados e os precários, dela mais precisariam?

Porque é que, ante a crise, cada governo responde por si, quando seria necessário que agissem “um por todos e todos por um”?

É sobre esta falta de comparência que se devem exigir responsabilidades.

O primeiro-ministro não pode, às terças e quintas, auto-elogiar a sua importância na Europa e às quartas e sextas, como outros, queixar-se, em privado, de que só não faz mais porque a Europa não se entende ou o BCE não deixa.

Afinal, quem decidiu que o orçamento europeu não pode ter saldo negativo, quando o norte-americano prevê, para 2009, um défice de 12 por cento?

Quem decidiu que a União não pode emitir dívida pública europeia para apoiar o relançamento das economias?

Quem decidiu que, ante a crise, a principal preocupação de Bruxelas é o combate aos proteccionismos quando, ao mesmo tempo, os governos se recusam a partilhar recursos para enfrentar a crise em escala europeia?

O que ontem se passou na cimeira informal foi exemplar:

Dois milhões de empregos directos e dez milhões de indirectos dependem do sector automóvel europeu. Os 27 continuam a ser incapazes de se entender sobre a urgência de uma política comum para este sector, apesar de ela ser óbvia: trata-se de apoiar o relançamento do consumo ao mesmo tempo que se deve acelerar o fabrico de modelos menos poluentes. Mas não. Os 27 e a comissão

Barroso só foram capazes de se unir para que a França não condicionasse os seus apoios à localização da produção desses novos modelos no seu país.

A verdade é que as deslocalizações exigem uma resposta europeia. Não se pode criticar o proteccionismo francês sem uma alternativa. É impossível, engenheiro Sócrates?

Não, não é. Não basta que uma empresa devolva os dinheiros que recebeu e cumpra as suas obrigações legais com os credores, para deslocalizar.

Uma deslocalização é uma transferência de custos de um operador privado para os contribuintes sob a forma de subsídio de desemprego. As deslocalizações devem ser objecto de uma sobretaxa que compense o sistema de segurança social que terá de carregar com a despesa. Uma medida destas não proíbe as deslocalizações e consequente desemprego, mas obrigaria as multinacionais a pensarem duas vezes antes de se descartarem de pessoal.

Se a Europa não serve para isto, então para que governam em nosso nome?

A verdade é que esta União não está à altura.

Foram os governos que a governamentalizaram e são eles que agora se desculpam uns com os outros para não fazerem o que deve ser feito: relançar as economias colocando o sistema financeiro ao serviço da urgência pública.

Amigos,

Esta eleição é, finalmente, sobre o futuro.

Somos europeístas, mas não somos parvos. Ou a Europa se refunda ou “o cada um por si” acabará por estrangular o próprio projecto europeu, colocando os países mais frágeis e os que se encontram fora do euro, à beira da bancarrota.

Dentro de meses é isto que vai estar em causa, a menos que se atalhe caminho.

Esta crise não se resolve com paninhos quentes nem com cada Estado a disparar medidas para todos os lados, sem estratégia e muitos deles sem recursos.

O “salve-se quem puder” não é opção: deixa um lastro terrível de tragédia social atrás de si e, no fim, só se salvam os mais fortes.

“Nunca como agora o mundo precisou tanto de uma Europa mais forte”, garantiu José Sócrates no congresso do passado fim-de-semana. Digo-vos: nunca o mundo precisou tanto de actos em vez de palavras. Esta eleição também é sobre a coerência entre o que se faz e o que se diz.

Chegou à Europa a praga dos despedimentos preventivos.

São conhecidos os números de Janeiro. Só em Portugal foram 70 mil os novos inscritos no desemprego. Em Portugal, o bloco propõe que se proíbam os despedimentos em empresas que apresentaram

lucros. O primeiro-ministro acha que não pode fazer nada. Os seus parceiros dizem a mesma coisa. Porque não actuam?

A engrenagem do despedimento preventivo é terrível. Faz com que uma empresa que não precisa de despedir o faça porque a sua concorrente o fez. Como os custos do trabalho não estão europeizados, as respostas podem obter-se no plano nacional. Mas como o Mercado é comum, seria desejável que obedecessem a uma lógica partilhada.

Quando falamos de Europa falamos de Portugal e vice-versa. A crise e a forma de a vencer são o centro da nossa proposta. Prometo-vos uma campanha séria, sem ataques pessoais ou quezílias laterais. Mas será firme, muito firme.

Ao fim de um mandato na Europa, confesso ter reforçado uma convicção: não basta mudar de políticas, há que reformar os responsáveis pela situação a que chegámos. Essa é, aliás, a primeira reforma de que precisam os europeus.

A displicência, inconsciência e falta de coragem dos nossos governos merecem a punição democrática das urnas.

Das lideranças actuais não virão novidades.

Nenhum dos actuais primeiro-ministros, a começar pelo nosso, tem coragem para ir buscar ao capital financeiro e aos especuladores os recursos de que as economias precisam.

O problema que o presente coloca ao futuro é simples: quem vai pagar a factura? Os desempregados, os precários e os contribuintes das próximas gerações ou, pelo contrário, os potentados financeiros que manipulam a política e a transformam num teatro de marionetas?

Este é um tempo de coragem e atrevimento.

O que era dado por certo, o futuro, é agora mais incerto do que nunca.

As certezas dos últimos 25 anos estão a ruir, uma atrás da outra.

Confrontadas com a crise, as pessoas interrogam-se.

O que parecia imutável, move-se; move-se cada vez mais depressa.

O papel da esquerda é agarrar o tempo deste tempo e dar-lhe sentido. Eis porque esta é uma candidatura para a esperança.

A Europa não precisa de um Tratado como o de Lisboa, que aprisiona a União a um conjunto de regras que a impede de responder à crise.

Do que a Europa precisa é de coragem e de união. Nenhum Tratado substitui a vontade política. Nenhum Tratado, e muito em particular o de Lisboa, evitaria a triste e nada edificante desunião a que assistimos.

Precisamos, isso sim, de democracia. Porque ela tem sido fraca é que os que vampirizam a economia real são ainda tão fortes. A Europa precisa de um novo actor, de um novo protagonista e este só pode ser o da cidadania exigente, a que não se contenta com palavras e reclama acção.

O bloco é criticado por ser um partido de protesto. Como não, quando vemos os de baixo sem defesa e os de cima perdoados e protegidos?

Claro que nos dirigimos aos descontentes. O descontentamento é prova de inteligência. Indigente é o contentamento ou a indiferença.

Digo-vos mais: não nos dirigimos apenas aos descontentes do Partido Socialista. Dirigimo-nos a todos e a todas - a quem nunca votou, a quem deixou de votar e a quem votou noutros partidos. Porque a experiência do rotativismo ao centro está feita em Portugal e porque o bloco central é a regra na Europa.

Chegou a hora da esquerda porque é a esquerda que transforma o protesto em proposta. Essa hora começa na eleição europeia.

Em Junho, os portugueses têm a oportunidade de dizer a José Sócrates e a Durão Barroso que a União de que precisamos não é a da bolsa, mas a dos valores sociais.

Precisamos de um orçamento europeu que aposte na complementaridade dos serviços de protecção social existentes ao nível de cada Estado e que instaure o princípio do rendimento mínimo em toda a Europa.

Precisamos das políticas industriais que não existem e de investimento europeu na educação, na cultura e na saúde.

Precisamos de políticas europeias de investigação e de ambiente mais fortes do que as temos.

Não nos digam que não há dinheiro para financiar a Europa Social. Basta ir buscá-lo aos offshores e à taxaçoão das transacçoões em bolsa, penalizando duramente a especulaçoão. Basta que a Europa tenha a coragem de emitir dívida pública europeia ou que combata a evasão ao IVA intra-comunitário, que o Tribunal de Contas europeu estima em 1 por cento da riqueza produzida na União.

Como sabem, o IVA é o imposto a que é mais difícil fugir. Só a recuperação desta evasão duplicaria o orçamento comunitário.

Não nos digam que é impossível e que a Europa social sai cara. Porque cara sai aos pobres e remediados a sua inexistência. Porque cara é a espiral depressiva a que assistimos, com as famílias a deixarem de comprar e as fábricas a despedirem e a fecharem.

Não nos digam que só se faz o que se pode. Porque 25 por cento das despesas militares mundiais são europeias e alimentam guerras de ocupaçoão sem soluçoão à vista, quando esses recursos poderiam ser empregues nas guerras da paz, que são as do desenvolvimento e da fraternidade entre os seres humanos.

Grandes males exigem grandes remédios e não paliativos.

Se a Europa responder à urgência, reconciliar-se-á com os seus cidadãos. Se não o fizer, vencem os proteccionismos e renascem os nacionalismos.

Se a Europa responder à urgência, será útil ao mundo. Se pensar que se pode fechar numa fortaleza envolvida pela pobreza, sofrerá as consequências.

A crise mundial exige respostas mundiais. Também essas discutirei. Mas a ideia que quero reforçar é só estaremos em condições de contribuir para a superaçoão da crise mundial se, internamente,

também tivermos a coragem de dar absoluta prioridade à pobreza e ao desemprego.

Não estamos condenados à repetição do erro. Se lutarmos e acreditarmos, a crise pode transformar-se em oportunidade.

Não enjeito o descontentamento porque é nele que vive a semente da justiça.

Os nossos adversários não são os imigrantes, as minorias étnicas, os pobres, os gays, os professores, ou quem se encontra no subsídio de desemprego. Os nossos adversários são os que colocam os seus rendimentos nas ilhas Caimão enquanto despedem preventivamente e pedem subsídios ao Estado.

Esta é uma candidatura europeísta e de esquerda: socialista na proposta e solidária na atitude. Chegou a hora das pessoas enfrentarem a crise unidas.

Os pobres, os jovens, o mundo do Trabalho, a Cultura e a Ciência, precisam de uma Europa que devolva a esperança. Esta é a candidatura que traduz essa aspiração.

Um por todos e todos por um não é apenas um bonito sonho. É a coragem de que precisamos e a inteligência que vos propomos. Em Junho, quando começarmos a avaliar José Sócrates e Durão Barroso, veremos quanto vale.

Miguel Portas